



CONTRATO Nº/2026
SEI 0003897-68.2025.6.16.8000

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO PARANÁ e a empresa
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133 de 01.04.2021, e demais legislações pertinentes, com fulcro no artigo 75, inciso II, em conformidade com o Termo de Dispensa de Licitação nº .../2026, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora-Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob n.º, com sede em -, situada na Rua, nº, Bairro, CEP, e-mail:, telefone, neste ato representada por, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Prestação de **Serviços Técnicos Especializados** para realização de **INVENTÁRIO COMPLETO DE GASES DE EFEITO ESTUFA (IGEE)** nos escopos 1, 2 e 3, dentro da metodologia GHG Protocol, abrangendo todos os edifícios do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná da capital e do interior, referente aos anos de 2025, 2026, 2027 e 2028, incluindo identificação e detalhamento das fontes de emissão, conforme especificações descritas no Termo de Referência.

1.2. A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento e no Termo de Referência - Anexo I, o qual, independentemente de transcrição, faz parte integrante e complementar deste contrato.

1.3 - De acordo com o art. 6º, incisos XIII e XXIX, da Lei nº 14.133/2021, o objeto se caracteriza pela prestação de serviços comuns, por escopo, contratado pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

2.2. Do local e horário de entrega: os serviços deverão ser prestados *on-line*, majoritariamente, e, caso necessário, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 - Prado Velho, mediante agendamento prévio com a Assessoria Técnica da Secretaria de Administração e Sustentabilidade - ATSECAD por meio do telefone (41) 3330-8451.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Incumbe ao CONTRATANTE:

I . Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, edital e seus anexos e deste instrumento contratual;

II . Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de 01 (um) mês após a conclusão da instrução do requerimento, prorrogável por igual período;

III. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

4.1. As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as normas relativas à proteção de dados, conforme Lei nº 13.709/2018 (LGPD), estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

4.2. Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições **para a qualificação exigidas na contratação direta**.

4.3. Deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. Incumbe ao Contratante e à Contratada:

5.5.1. Em atenção aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, as partes declaram-se cientes e comprometem-se a cumprir rigorosamente a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação disposta na Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que constitui parte integrante e indissociável deste instrumento.

I. Qualquer conduta que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação, conforme definido na referida Política, será considerada grave infração e sujeitará o infrator às medidas cabíveis, previstas na própria Política e na legislação aplicável.

II. A contratada deve observar a regra de não retaliação de agentes públicos e empregados (as) em razão da apresentação de denúncias, conforme disposto no artigo 10º da Resolução TRE-PR nº 946/2025.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1. O presente contrato vigorará pelo período de **48 (quarenta e oito) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite da Dispensa art. 75, inciso II, nos termos do art. 106

e 107 da Lei nº 14.133/2021 ou extinto antecipadamente, a critério da Contratante, nos termos da mesma lei.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa com o presente instrumento correrá à conta dos Programas de Trabalho:;

Elemento de despesa: _____.____.____.____;

Notas de Empenho, emitidas em

Categoria econômica: Investimento;

Código SIASG:

CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$** (.....), **em parcelas anuais**, de acordo com a proposta de preços detalhada, a qual faz parte integrante deste contrato e a seguir detalhada:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa para realização de Inventário das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) nos escopos 1, 2 e 3, dentro da metodologia GHG Protocol, referente aos anos de 2025, 2026, 2027 e 2028, para todos os edifícios do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná da capital e do interior.	Serviço	4	R\$.....	R\$.....

8.1.1 O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e quaisquer tributos, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

8.2. Do documento fiscal:

8.2.1. A nota fiscal deve ser enviada para o e-mail atsecad@tre-pr.jus.br. Após o envio a empresa deve confirmar o recebimento via telefone, ou outro meio que ateste o recebimento do e-mail.

8.2.2. O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

8.2.3. Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- CNPJ da Contratada;
- Data de emissão da nota fiscal;
- CNPJ do Contratante - TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- Descritivo do tipo de serviço prestado e valor total;
- Destacar o valor referente a serviços separadamente do valor referente a materiais;
- Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;

g. Número do contrato e,

h. Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

8.2.4. A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do fiscal da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

8.2.5. Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil após a conclusão da etapa respectiva.

8.2.6. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

8.2.6.1. Prazo para atestado da Nota Fiscal: **até 5 (cinco) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal pelo gestor deste TRE/PR.**

8.2.6.2. Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 5 (cinco) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor

8.2.7. A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

8.2.8. O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo (s).

8.3. Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.4. Da regularidade fiscal:

8.4.1. Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do CONTRATANTE, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.4.2. A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do CONTRATANTE, visando à regularização.

8.4.3. Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo (s).

8.4.4. A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a. mediante consulta no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF

b. por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c. por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.4.5. O resultado das consultas, de que tratam as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTAMENTO

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ocorrido em **09/01/2026** (doc. SEI 0147338), nos termos do artigo 25 § 7º da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento, e **independentemente de pedido da contratada**, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

11.1.1 - Na aplicação das sanções serão considerados(as) (art. 156§1º da Lei nº 14.133/2021):

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2. - As condutas de natureza LEVE são passíveis de **ADVERTÊNCIA** e àquelas de maior gravidade aplicam-se as **MULTAS**, conforme a seguir determinado.

a) ADVERTÊNCIA:

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso em refazer o serviço nas condições e especificações exigidas;
3	Atraso na entrega de documentos necessários;

4	Encaminhar nota fiscal em desacordo.
---	--------------------------------------

b) MULTAS: aplicadas de modo interdependentes, quando decorrentes de fatos diversos:

Graduação da sanção	Descumprimentos	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	1. Atraso injustificado, limitado a 10 (dez) dias corridos, na entrega de qualquer documentação prevista na ata de reunião inicial com a fiscalização, realizada sempre no início da execução do contrato, ou qualquer documento previsto em contrato como requisito para pagamento de nota fiscal.	0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total do contrato.
	2. Atraso injustificado na entrega prevista no item 1, a partir do 11º (décimo primeiro) dia.	1% (um por cento) sobre o valor total do contrato
	3. Atraso injustificado do início da execução do contrato, limitado a 10 (dez) dias, a contar do comunicado do gestor.	3% (três por cento) ao dia sobre o valor total contratado.
	4. Prestação dos serviços em desacordo com o solicitado ou recusa em refazê-los quando constatado que não atendem às características exigidas no presente instrumento.	
GRAVE	5. Inadimplência reiterada das obrigações pactuadas, cujas falhas tenham sido formalmente notificadas pela fiscalização para regularização dentro do prazo estabelecido;	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
	6. Abandono ou cessação dos serviços, que implique inadimplemento parcial do contrato.	
	7. Não observância da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	
GRAVÍSSIMA	8. Inadimplemento total que implique rescisão contratual.	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato

11.3. Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração e extinção do contrato;
- b)** inexecução total do contrato;
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem justificativas aceitas pela Administração, que implique extinção do contrato;

11.4 - Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa;
- b)** praticar ato fraudulento;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

11.5. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

11.6. A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7. A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

11.8. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF, comprovado o recebimento.

11.9. As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

11.10. A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

11.11. Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

11.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

11.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.16. As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no DOU, nos casos de impedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

14.2. E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2026

.....
Representante Legal
p/Contratada

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral – TRE/PR
p/Contratante

¹ Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.